

Crise ou afirmação da hegemonia americana? Arrighi, Wallerstein, Fiori e Zakaria¹

Crisis or reaffirmation of American hegemony? Arrighi, Wallerstein, Fiori and Zakaria

Renan Holanda Montenegro²

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar, sob a ótica de perspectivas teóricas antagônicas, as projeções a respeito da hegemonia norte-americana. O objetivo é reunir a posição de quatro autores e discutir a contribuição das suas ideias para o estudo acerca dos cenários traçados para as relações internacionais na contemporaneidade. De um lado, utilizaremos os conceitos de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, que apregoam que a presente crise do poder americano é também uma crise de hegemonia e, necessariamente, haverá uma substituição do *hegemon*. Enquanto Arrighi argumenta que haverá apenas uma troca do *hegemon*, Wallerstein afirma que a atual crise também marcará o fim do moderno sistema-mundo em suas atuais configurações. Do outro lado, temos os autores Jose Luis Fiori e Fareed Zakaria. Este defende que os Estados Unidos terão de lidar não com o seu declínio, mas com a “ascensão do resto”, e aquele diz que a atual crise, além de não significar qualquer decaída do poder estadunidense, servirá apenas para reconfirmar o status hegemônico norte-americano. Através do entrelaçamento e discussão dessas ideias, espera-se contribuir com o debate teórico acerca das reconfigurações dos polos de poder e os rumos das relações internacionais neste século XXI.

Palavras-chave: Hegemonia. Estados Unidos. Teoria. Relações Internacionais.

ABSTRACT

This paper aims to analyze, from the perspective of opposing theoretical perspectives, projections about the US hegemony. Our objective is to bring together the positions of four authors and discuss the contribution of their ideas to the study of the contemporary international relations. On the one hand, we will use the concepts of Giovanni Arrighi and Immanuel Wallerstein, who claim that the current crisis of American power is also a crisis of hegemony and necessarily there will be a replacement of the hegemon. While Arrighi argues that there will happen an exchange of hegemon, Wallerstein says that the current crisis will also mark the end of the modern world-system in its current settings. On the other hand, we have the authors Jose Luis Fiori and Fareed Zakaria. The latter argues that the United States will not deal with its decline, but with the “rise of the rest”, and the first says that the current crisis, besides does not mean any fallen of US power, will only serve to reconfirm north-America hegemonic status. Through the interweaving and discussion of these ideas, we expect to contribute to the theoretical debate about the reconfiguration of polarity and the directions of international relations in this 21st century.

Keywords: Hegemony. United States. Theory. International Relations.

1. Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada no VI Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2010. Trechos do texto também foram utilizados na dissertação de mestrado defendida pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ), em 2013.

2. Doutorando em Ciência Política (UFPE) e mestre em Relações Internacionais (UERJ). Pesquisador Associado do Instituto de Estudos da Ásia (IEASIA-UFPE). Contato: renanholanda@bol.com.br.

Recebido em:
14 de outubro de 2015
Aprovado em:
08 de junho de 2016

Introdução

3. Alguns exemplos: Gilpin (2001), Wallerstein (2004), Fiori et al. (2008), Zakaria (2008), Arrighi (1994) e Roubini & Mihm (2010).

Os Estados Unidos passam por uma crise. É verdade que há quem rechace tal afirmação, mas tomar esta premissa como verdade é o primeiro passo das análises contidas neste trabalho. Autores de diversas linhas de pensamento já opinaram sobre a referida crise e a literatura a respeito do assunto chega a ser vasta³. No entanto, falar apenas em “crise” chega a soar como algo vazio. Que crise é essa? Quando ela começou? A mais recente foi na esfera financeira, mas antes os Estados Unidos também enfrentaram a descrença na guerra contra o terror, o aumento do desemprego, etc. Neste trabalho, analisaremos as perspectivas teóricas de pesquisadores que não discutem mais se a crise existe ou não, mas sim quais serão os rumos das relações internacionais quando ela passar.

Especificamente, nosso objeto de análise é a hegemonia dos Estados Unidos. Pode-se dizer que a crise pela qual passa os Estados Unidos influencia seu status de ator hegemônico nas relações internacionais? Sendo assim, a discussão acerca da redefinição dos eixos de poder em escala global neste início do século XXI é a preocupação norteadora deste artigo. A intenção é analisar a contribuição de quatro estudiosos sobre o assunto e entender de que forma suas projeções podem ser úteis para compreender o atual cenário internacional.

Os especialistas selecionados foram Giovanni Arrighi (2008), Immanuel Wallerstein (2002), Jose Luis Fiori et al. (2008) e Fareed Zakaria (2008). Intencionalmente, escolhemos autores que apresentam perspectivas distintas sobre o futuro das relações internacionais: dois argumentam que a presente crise norte-americana representa o fim da hegemonia dos Estados Unidos e outros dois não colocam isso em xeque, apesar de reconhecerem a existência de uma crise – mas não uma crise hegemônica. Grosso modo, podemos classificá-los como “radicais” ou “moderados”.

Do lado dos radicais, Giovanni Arrighi (2008) e Immanuel Wallerstein (2002) defendem que a referida crise do poder americano é também uma crise terminal e, inexoravelmente, haverá uma queda do *hegemon*. Ao passo que Arrighi entende que haverá apenas uma troca deste país hegemônico, Wallerstein afirma que a atual crise marcará o fim do *Modern World System* em suas atuais configurações. Os moderados Jose Luís Fiori et al. e Fareed Zakaria (2008) discordam. O último acha que os Estados Unidos terão de enfrentar não o seu declínio, mas a “ascensão do resto do mundo”. O primeiro defende a tese de que a atual crise, além de não significar qualquer derrocada do poder americano, servirá tão somente para reconfirmar o seu status hegemônico.

Para uma compreensão mais ampla sobre o assunto, apresentamos na próxima seção do texto um breve panorama da literatura sobre hegemonia no campo acadêmico das Relações Internacionais (RI)⁴. Nas duas seções seguintes, discutimos, nesta ordem, as contribuições dos autores que creem na derrocada da hegemonia estadunidense (ARRIGHI, 2008; WALLERSTEIN, 2002) e daqueles que acreditam numa espécie de reafirmação do poder norte-americano (FIORI et al. 2008; ZAKARIA, 2008). Por fim, traçamos as considerações finais do artigo.

4. Ao longo de todo o texto, utilizamos o termo “Relações Internacionais”, com as iniciais maiúsculas, ou simplesmente “RI”, para nos referir à disciplina acadêmica. Ao mencionarmos “relações internacionais” com as iniciais minúsculas, estamos nos referindo ao objeto de estudo da disciplina *per se*.

O conceito de hegemonia no estudo das Relações Internacionais

A preocupação dos estudiosos das Relações Internacionais com temas relacionados à hegemonia não é tão recente, a despeito de a já mencionada crise do poder norte-americano ter reavivado discussões em torno do conceito. A bem da verdade, discussões sobre hegemonia permeiam outras disciplinas das Ciências Sociais que não somente as Relações Internacionais. Autores como Antonio Gramsci (1978), Andre Gunder Frank (1998) e Charles Kindleberger (1973) são apenas alguns que escreveram sobre hegemonia e cujas ideias foram apropriadas por algumas correntes teóricas das RI.

Alves (2010) explica que a noção de hegemonia tem raízes na tradição marxista de pensamento e foi desenvolvida para se analisar as configurações sociais que se apresentam em pontos distintos no espaço e no tempo. Nesse contexto, “a noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas” (ALVES, 2010, p. 72). Gramsci (1978) elaborou uma conceituação mais avançada do termo, sobretudo para melhor compreender as relações sociais como um todo.

A elaboração conceitual proposta pelo pensador italiano traz o conceito de hegemonia para a luta de classes existente no âmbito da sociedade civil. Segundo Gramsci (1978), o caminho para que um determinado grupo se torne hegemônico passa necessariamente pela sociedade civil, sociedade política e pelo Estado, exatamente nesta ordem. Nesse contexto, o autor dá especial ênfase a questões ideológicas, entendendo a ideologia (ou simplesmente o poder das ideias) como fator essencial à difusão e preservação de uma hegemonia. Essa interpretação muito deriva do pensamento marxista, que atribui a formação do Estado Moderno à divisão da sociedade em classes. Assim, a evolução de todo um sistema interestatal se deu por meio da hegemonia de uma classe dominante, que impôs sua forma de “ver o mundo” às classes dominadas.

De acordo com Gramsci (2002), um determinado ator só consegue manifestar sua supremacia por duas maneiras: através do simples domínio ou coerção, e por meio do que ele chama de “direção intelectual e moral”. Segundo ele “Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados” (GRAMSCI, 2002, p. 62). É por isso que o autor distingue a classe dirigente da classe dominante, já que nem sempre quem dirige necessariamente goza da posição de dominador, muito embora o “comum” seja a existência de uma classe dominante e dirigente ao mesmo tempo.

A leitura do sociólogo e economista alemão Gunder Frank (1998) também dialoga com a concepção gramsciana. Para ele, a hegemonia possui uma contingência claramente estrutural. Sua investigação tem fortes raízes na economia e traz muito da interpretação (neo)marxista do mundo. Na teoria do Sistema Mundo desenvolvida pelo autor, elementos como coerção, dominação e imperialismo andam praticamente lado a lado com a hegemonia, quando não se confundem com a própria.

Na teorização proposta por Robert Cox, fortemente influenciada pelo pensamento marxista e pelos teóricos críticos da Escola de Frankfurt, também há clivagens no conceito de hegemonia. Para Cox (1983), em um sentido mais comum, hegemonia diz respeito à dominação de um Estado sobre outros e à capacidade deste em controlar os *outputs* dessas relações. Em uma segunda interpretação, a hegemonia é entendida segundo uma lógica sistêmica de adesão a princípios sustentados pelo Estado hegemônico. Nesse último cenário, a hegemonia não é apenas material, mas também envolve liderança moral e intelectual.

Como se vê, muitos autores de natureza marxista dão grande ênfase à economia e a fatores ideológicos em suas análises sobre hegemonia. No campo das Relações Internacionais, as principais correntes teóricas atribuem pesos diferentes à economia quando tratam sobre hegemonia. Os (neo)realistas, por exemplo, priorizam questões de distribuição de poder. Já os liberais, adeptos da tese de que a hegemonia é essencial para a manutenção da ordem mundial, são daqueles que incorporam a economia como elemento central de suas análises.

O debate acerca da necessidade de um país hegemônico estabilizador no sistema internacional tem o economista Charles Kindleberger (1973) como um dos precursores, mas acabou ganhando corpo com outros pesquisadores. O próprio termo “teoria da estabilidade hegemônica” foi cunhado por Robert Keohane. Kindleberger formulou a tese na década de 1970. Para ele, “for the world economy to be stabilized, there has to be a stabilizer, one stabilizer” (KINDLEBERGER, 1973, p. 305). Como descrevem Fiori et al. (2008, p. 13):

O funcionamento da economia internacional requer uma “primazia” ou uma “liderança” de um país que forneça “bens públicos” indispensáveis ao sistema, como a moeda, a defesa do livre-comércio, a coordenação das políticas econômicas e a garantia do sistema financeiro. Esta “liderança”, entretanto, foi sempre passageira, e obedeceu a uma espécie de “ciclo vital” ao longo da história, em que a ascensão foi seguida do declínio, da queda e da substituição do antigo líder por um novo país, que voltou a exercer as mesmas funções do anterior.

Mais recentemente, autores como Robert Gilpin (2001) incorporaram elementos econômicos à perspectiva realista, muito embora este último seja considerado por muitos um liberal dentro das RI. Gilpin, que se define um *state-centric realist*, argumenta que a Teoria da Estabilidade Hegemônica é mais uma “ideia intuitiva” baseada numa leitura particular da história do que propriamente uma teoria científica. Para ele, a necessidade de um país hegemônico estabilizador é premissa oriunda, sobretudo, dos economistas. Ainda de acordo com a opinião de Gilpin, a teoria aponta o seguinte: “um *hegemon* é condição necessária, mas não suficiente, para o estabelecimento de uma economia liberal internacional” (GILPIN, 2001, p. 94).

Keohane (1984), considerado um dos fundadores do neoliberalismo nas Relações Internacionais, oferece uma explicação alternativa à tese da estabilidade hegemônica. Sua ênfase reside no fato de que instituições internacionais, como os regimes, facilitariam a cooperação entre Estados mesmo em um virtual cenário no qual ator o hegemônico não exista. Essa posição é diametralmente oposta à visão de que a cooperação é determinada por questões circunstanciais de poder, defendida pelos realis-

tas. Para Keohane (1984, p. 31), “there is little reason to believe that hegemony is either a necessary or a sufficient condition for the emergence of cooperative relationships”.

A teoria (neo)realista, por outro lado, enfoca outras dinâmicas, como explicam Vigevani, Veiga e Mariano (1994, p. 9-10).

Os realistas visualizam a distribuição do poder, e não o livre mercado, como o aspecto decisivo das relações internacionais. Por mais importante que seja o nível das trocas mundiais, o livre-mercado é o resultado de arranjos políticos entre Estados que estimulam preferências a partir de interesses particularistas. Portanto, o livre-mercado não emerge espontaneamente [...] O debate atual, do ponto de vista realista, situa-se no campo da busca de sustentáculos para um novo equilíbrio, já que a situação hegemônica norte-americana vem declinando. Os desequilíbrios nas relações de trocas financeiras e comerciais, alguns indicadores de produtividade, o endividamento dos Estados Unidos erodem sua capacidade de sustentação de um sistema internacional liberal.

Kenneth Waltz (1979), responsável pela elaboração do novo pensamento realista (neo-realismo), entende a questão da hegemonia como definidora do tipo de distribuição das capacidades dentro de um sistema. Para ele, um sistema internacional onde há a presença do *hegemon* é considerado um sistema hierárquico. Por outro lado, quando a distribuição das capacidades é mais igualitária, tem-se um sistema anárquico. Nesse contexto, Waltz (1979) reconhece que um sistema hierárquico é naturalmente mais instável. Isso porque sua abordagem parte da teoria microeconômica e lança mão do conceito de equilíbrio. Como o comportamento dos Estados em um sistema anárquico tende a produzir equilíbrios, esse mesmo sistema, dominado pelas relações de poder, torna previsível a atuação dos seus componentes. Cabe a ressalva, todavia, que Waltz desenvolveu seu argumento durante a distribuição bipolar da Guerra Fria.

Como se vê, as concepções teóricas de hegemonia e suas respectivas aplicações ao mundo real variam de autor para autor. Cada um parte de pontos distintos para justificar seus argumentos, utilizando abordagens que perpassam elementos da economia, política, segurança, ideologia, entre outros fatores. Sendo assim, não há como este artigo utilizar um referencial único para balizar as comparações que serão feitas – e nem é este o nosso objetivo.

Nas próximas duas seções, apresentamos as visões de autores que discordam quanto aos rumos do sistema internacional, mas que apresentam seus argumentos com base no mesmo ponto: a hegemonia. O que argumentam aqueles que garantem que estamos diante do fim da hegemonia norte-americana? Por outro lado, qual a visão dos autores que defendem estarmos diante de uma simples crise de poder? Há pontos em comum? Através do entrelaçamento e discussão dessas ideias, esperamos contribuir com o debate teórico acerca das reconfigurações dos polos de poder e os rumos das relações internacionais neste século XXI.

Arrighi, Wallerstein a crise anunciada e a certeza incerta

O ponto de congruência nas visões de Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein a respeito da crise de hegemonia dos Estados Unidos reside no fato de que ambos acreditam que estamos diante, e isso é apenas questão de tempo, da derrocada norte-americana. Os dois são unís-

sonos em crer que, em linhas gerais, a referida turbulência teve início nos anos 1970, foi brevemente esquecida com a “vitória” na Guerra Fria e retornou na entrada do século XXI, sobretudo devido aos atentados de 11 de Setembro.

A priori, é preciso caracterizar o que esta dupla de autores entende como hegemonia. Em “O Longo Século XX”, Arrighi busca discernir hegemonia de “dominação”. Para ele, há uma distinção clara de um para o outro, embora os dois conceitos envolvam algo maior: o poder. Arrighi entende que o poder da hegemonia é associado, sim, à dominação, mas acaba sendo ampliado pelo exercício da liderança intelectual e moral. Para Arrighi (1994, p. 27):

O conceito de ‘hegemonia mundial’ [...] refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas a gestão corriqueira desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema.

A leitura de hegemonia proposta por Wallerstein se ancora em uma explicação de viés econômico, mas a ênfase não é tão latente quanto na obra de Arrighi (1994; 2008). Wallerstein (2004) entende o processo que desencadeia a condução de um ator ao posto de *hegemon* como uma conjunção de fatores. No caso específico da construção da hegemonia dos Estados Unidos, o fator militar desempenhou papel central. Na visão do autor, a participação crescente dos Estados Unidos e da Alemanha nos mercados globais, às custas da decadência britânica, foi o gatilho para a disputa hegemônica que só foi encerrada com o término da Segunda Guerra.

Wallerstein (2004) explica que a compreensão da chegada americana à hegemonia internacional se dá através de um longo processo, que começou com a recessão de 1873. Essa ascensão aconteceu baseada num jogo de soma zero, onde a perdedora foi a Inglaterra. O retrocesso da economia britânica, de certo modo, plantou as sementes para o crescimento dos Estados Unidos na economia internacional. A partir desta época, os americanos travaram com a Alemanha, e não mais com a Inglaterra, o conflito da sucessão pelo poder global. Wallerstein chega a afirmar que as duas guerras mundiais podem ser sintetizadas como uma contínua “guerra dos trinta anos” entre a Alemanha e os Estados Unidos.

Em primeiro lugar, essa disputa teve um forte componente ideológico. O discurso dos nazistas na Alemanha defendia a formação de um império global, ao passo que os Estados Unidos se apresentavam ao mundo como defensores do liberalismo. Como se sabe, a Alemanha saiu derrotada na guerra, assim como a ideologia nazista. No entanto, a aliança com a União Soviética, que abriu caminho para os norte-americanos derrotarem os alemães, constituiu-se num obstáculo político aos Estados Unidos. Isso porque as potências aliadas estabeleceram, na esteira da criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho de Segurança, órgão que autorizava o uso da força e contava com cinco países com poder de veto – entre eles, a União Soviética.

Na concepção de Wallerstein (2004), foi a Conferência de Yalta, realizada dois meses antes da fundação das Nações Unidas, que estabeleceu

de fato os rumos da geopolítica mundial para o restante do século XX. A Conferência reuniu três chefes de Estado: Roosevelt, Churchill e Stalin. Nas palavras do autor: “Yalta foi um acordo de *status quo*, segundo o qual a União Soviética controlaria cerca de 1/3 do mundo e os Estados Unidos o restante” (WALLERSTEIN, 2004, p. 23). A parte que coube aos norte-americanos, nesse sentido, foi alvo de esforços maciços de reconstrução econômica. Isso aconteceu primeiro na Europa Ocidental, logo depois no Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Essa reconstrução não só gerou clientes para os Estados Unidos, como também colocou muitos países em uma condição de “subserviência política”.

Claro que o componente ideológico liberal permeou todo o discurso norte-americano durante a Guerra Fria, mas o principal inimigo então passara a ser o comunismo, e não o mais o imperialismo nazista. E o imediato pós-guerra foi, talvez, o auge da popularidade da ideologia comunista. Com a força do movimento dos revolucionários iniciado na França em 1968, “o liberalismo centrista tombou do trono que ocupara desde as revoluções europeias de 1848 e que lhe permitira juntar conservadores e radicais” (WALLERSTEIN, 2004, p. 27). Diante desse cenário, a posição norte-americana de antifascismo e anticomunismo soava pouco convincente para uma porção crescente da população global.

Em termos práticos, a decadência da hegemonia americana é captada, segundo Wallerstein (2004), em quatro diferentes momentos (ou símbolos): a Guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim e, mais recentemente, os ataques de 11 de setembro de 2001. O caso do Vietnã foi bastante emblemático porque os Estados Unidos se empenharam 100% militarmente e, mesmo assim, perderam. Wallerstein observa que a derrota não foi apenas militar, mas também representou um forte golpe na economia norte-americana. Isso porque o país gastou grande parte das suas reservas de ouro e incorreu numa escalada crescente de custos para sustentar o conflito, justamente num momento em que o Japão e a Europa Ocidental vinham numa escalada de retomada econômica.

O caso dos revolucionários de 1968 já nem diz tanto respeito a fatores econômicos. As consequências dos eventos daquele ano foram muito mais geopolíticas e intelectuais, já que o liberalismo foi o grande alvo dos “rebeldes”. Contudo, com a estagnação da economia mundial na década de 1970, os Estados Unidos viram colapsar o ideário desenvolvimentista, principal reivindicação ideológica dos movimentos da velha esquerda que ainda estavam no poder. Todas as tentativas de intervenção realizadas por Washington nesse momento conturbado das relações internacionais acabaram fracassando: foi assim no Líbano, com Reagan, e na Somália, com George Bush. Para compensar, cada presidente invadiu, respectivamente, Granada e o Panamá, ambos países sem tropas militares.

A questão da derrocada soviética é ainda mais intrigante. Wallerstein (2004, p. 28) argumenta que o colapso comunista trouxe junto, também, o colapso do liberalismo, já que a Guerra Fria era a “única justificação ideológica para a hegemonia dos Estados Unidos, uma justificação tacitamente sustentada pelo ostensivo opositor ideológico do liberalismo” (WALLERSTEIN, 2004, p. 28). Por fim, o 11 de Setembro e suas consequências diretas na guerra contra o terror serviram para enfraquecer ain-

da mais a retórica americana frente ao resto do mundo. Wallerstein defende que a fase final da queda dos Estados Unidos apenas ficou evidente com os atentados às Torres Gêmeas, mas, como já foi dito, esse processo teve início nos anos 1970.

Seguindo essa linha de raciocínio, os prognósticos de Wallerstein (2004) para o século XXI sustentam-se no que ele chama de “clivagens geopolíticas”. Para ele, os tempos contemporâneos serão assaltados por três clivagens distintas, mas que interagem entre si:

- a luta pela dominação econômica entre Estados Unidos, União Europeia e Japão;
- a luta entre os países do Norte e do Sul; e
- a luta entre o espírito de Davos e o de Porto Alegre.

Retomaremos esses argumentos de Wallerstein nas considerações finais deste artigo, mas de antemão é possível adiantar o óbvio: o fator China e a profunda crise na Zona do Euro certamente não estavam entre as previsões feitas pelo autor no início do século. Com base nas três dimensões da hegemonia norte-americana (eficiência produtiva, agenda política mundial e superioridade militar), o autor conclui (WALLERSTEIN, 2004, p. 211):

Há cinquenta anos, a hegemonia dos Estados Unidos no sistema-mundo baseava-se em uma combinação de eficiência produtiva que superava de longe a de qualquer rival, uma agenda de política mundial que era calorosamente apoiada por seus aliados na Europa e na Ásia, e uma superioridade militar. Hoje, a eficiência produtiva das empresas norte-americanas enfrenta forte competição, principalmente por parte das empresas dos seus aliados mais próximos. A agenda política mundial dos Estados Unidos já não é tão calorosamente apoiada e, muitas vezes, é claramente contestada, mesmo por seus aliados, especialmente depois do desaparecimento da União Soviética. O que resta, no momento, é sua superioridade militar.

A compreensão de Arrighi acerca do mesmo problema é mais esquematizada, sobretudo por conta da sua teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação. Ele entende que as crises de hegemonia podem ser identificadas tendo em mente quatro sintomas principais: as expansões financeiras em larga escala, a intensificação da competição entre outros Estados, o aumento dos conflitos internacionais de ordem social e colonial e a emergência de novos polos de poder dotados de força suficiente para desafiar e vencer o atual *hegemon*.

O viés financeiro é essencial na compreensão do cerne do processo de decaída da hegemonia, que Arrighi (2008) também concorda datar da crise dos anos 1970. Ele argumenta que a virada na direção das políticas expansionistas foi o pontapé do processo. “Enquanto os juros caíam nos Estados Unidos e permaneciam altos ou em elevação na Europa e no Japão, o dinheiro especulativo de curto prazo fugiu do dólar, fazendo disparar o déficit norte-americano na balança de pagamentos” (ARRIGHI, 2008, p. 114). Arrighi explica que, com o tempo, expansões financeiras dessa ordem acabam por desestabilizar o status quo vigente, tanto por processos sociais e políticos, como por econômicos.

Em termos econômicos, elas desviam sistematicamente o poder de compra do investimento em commodities (até mesmo a força de trabalho), criador de demanda, para a acumulação e a especulação, exacerbando assim os problemas

de realização dos lucros. Em termos políticos, tendem a se associar ao surgimento de novas configurações de poder, que minam a capacidade do Estado hegemônico dominante de se aproveitar da intensificação da concorrência em todo o sistema. E, em termos sociais, trazem consigo a redistribuição maciça de remuneração e de deslocamentos sociais, que tendem a provocar movimentos de resistência e rebelião nos grupos e nos estratos subordinados, cujos modos de vida tradicionais sucumbem ao ataque. (ARRIGHI, 2008, p. 172)

Nesse sentido, o sociólogo italiano nota que essas três tendências (econômica, política e social), ou a combinação entre elas, apareceram em todas as transições hegemônicas que sucederam até hoje na história do capitalismo: a holandesa para a britânica e a britânica para a norte-americana. Tal explicação se assemelha em alguma medida àquela oferecida por Wallerstein, para quem as clivagens geopolíticas do século XXI necessariamente passam por disputas pela dominação econômica e conflitos entre Norte e Sul. Arrighi, contudo, é enfático ao afirmar que expansões financeiras sempre têm impacto contraditório sobre a estabilidade sistêmica.

Há uma raiz gramsciana na concepção de hegemonia em Arrighi. Gramsci (1978) apresenta uma noção de hegemonia que defende a capacidade dos grupos dominantes (ou de um único grupo) em apresentar seu projeto de poder como algo de interesse geral, e não apenas particular. Quando falta credibilidade ao *hegemon*, a força e a coerção passam a ser as únicas ferramentas à disposição, esvaindo a hegemonia em simples dominação. É o que Ranajit Guha, teórico indiano, define como “dominação sem hegemonia”, termo que Arrighi (1994) toma emprestado em sua análise. À época dos seus escritos, Arrighi defendia que estávamos presenciando um claro momento de “dominação sem hegemonia”.

Para Arrighi, uma crise de hegemonia não necessariamente conduz à queda do *hegemon*, consistindo em uma situação na qual “falta ao Estado hegemônico dominante os meios ou a vontade de continuar conduzindo o sistema de Estados numa direção em geral considerada capaz de expandir não só seu poder, como também o poder coletivo dos grupos dominantes do sistema” (ARRIGHI, 2008, p. 160). Sendo assim, o sociólogo italiano propõe uma distinção bem definida entre as crises de hegemonia cujos problemas acabam resolvidos em períodos longos e as crises de hegemonia que não são resolvidas, que culminam com o fim de um ciclo hegemônico. A estas últimas, Arrighi dá o nome de “crises terminais”; às primeiras, “crises sinalizadoras”.

Dentro desse contexto, a crise sinalizadora da hegemonia dos Estados Unidos teve um caráter amplo e reuniu vários elementos. O lucro dos capitalistas achatou, a industrialização não elevou a renda do Terceiro Mundo e, o pior, os Estados Unidos perderam a credibilidade enquanto polícia do mundo, o que fomentou o ressurgimento de forças nacionalistas e revolucionárias ao redor do globo.

O evento-chave dessa crise sinalizadora foi a Guerra do Vietnã, na qual os Estados Unidos não conseguiram prevalecer, a despeito do seu potente aparato militar. Para piorar, Washington também viu ruir seu controle sobre o sistema monetário internacional. Obviamente que não se pode inferir que o fim de Bretton Woods não aconteceria caso houvesse sucesso na Guerra do Vietnã, mas é certo que “o desenvolvimento desigual depois da Segunda Guerra Mundial foi inteiramente configura-

do pelos sucessos e fracassos das estratégias e das estruturas mobilizadas pelo Estado da guerra e do bem-estar social hegemônico norte-americano” (ARRIGHI, 2008, p. 165).

A crise terminal da hegemonia norte-americana, por sua vez, muito tem relação com os episódios que seguiram após os atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001. Os recorrentes fracassos militares dos Estados Unidos, listados por praticamente todos aquelas que teorizaram sobre a hegemonia ianque, deixaram os tomadores de decisão em Washington com medo de correr riscos. O receio de perder combatentes em terra e deixar a opinião pública em choque, como já havia ocorrido, por exemplo, na Somália, era nítido.

Arrighi argumenta que, por isso, o governo Bush priorizou a invasão do Iraque em vez do Afeganistão. Entretanto, o aumento na quantidade de baixas no exército americano em combate no Iraque reacendeu no imaginário o ocorrido no Vietnã. Nas palavras de Arrighi, “assim como as dificuldades no Vietnã precipitaram a crise sinalizadora da hegemonia norte-americana, é bem provável que se considere que as dificuldades no Iraque precipitaram sua crise terminal” (ARRIGHI, 2008, p. 194).

Na visão do autor italiano, a proximidade do fim do “século americano”, ou o “longo século XX”, implica a urgência da reflexão sobre que papel deverá desempenhar o novo *hegemon*. Para Arrighi (2008), não restam dúvidas de que esse ator será a China. Ele faz questão de destacar que, durante as décadas de 1970 e 1980, o leste asiático como um todo ascendeu a uma condição de centro de dinamismo dos processos de acumulação de capital em escala mundial.

Arrighi (2008), entende que o desenvolvimento desigual, característica definidora da atuação hegemônica dos Estados Unidos, não foi um processo meramente espontâneo nascido de baixo para cima por meio das ações dos acumuladores capitalistas. Para ele, o referido desenvolvimento desigual foi tocado de cima para baixo de maneira consciente, sendo ativamente encorajado pelo Estado da guerra e do bem-estar social globalizante norte-americano. “Essa diferença explica não só a rapidez e a extensão do longo *boom* depois da 2ª Guerra como também a combinação específica de limites e contradições que a transformou na estagnação relativa das décadas de 1970 e 1980” (ARRIGHI, 2008, p. 163).

Já Wallerstein (2004) tem uma visão mais determinista. Ele atribui o declínio dos Estados Unidos a fatores quase que exclusivamente estruturais. Sua teoria do Sistema-Mundo é essencialmente sistêmica. Os constrangimentos impostos pelo sistema residem na especialização produtiva e na distribuição desigual dessas capacidades em favor dos países centrais. Essa explicação tem clara influência braudeliana, apesar de o próprio Braudel ter apresentado algumas críticas ao pensamento determinista que Wallerstein propõe para interpretar as relações internacionais, especialmente a economia.

É verdade que os dois autores concordam ao identificarem que o desenvolvimento desigual liderado intencionalmente pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra foi um processo decisivo na formação e consolidação da hegemonia ianque. Essa explicação não é 100% original, já que grande parte dela já havia sido elaborada por intelectuais como Ro-

bert Brenner. O fato é que a expansão sistêmica patrocinada pelos norte-americanos trouxe consequências que aproximam a compreensão de Arrighi à proposta por Wallerstein.

A “certeza incerta”, que está presente no título desta sessão, explicita os pontos congruentes básicos das obras de Wallerstein e Arrighi: ambos creem veementemente que os Estados Unidos estão diante de uma crise terminal de sua hegemonia, mas o que vem pela frente ainda é uma incógnita. Assim, temos a certeza: os Estados Unidos cairão; e a incerteza: o futuro.

Nas palavras de Arrighi (2008, p. 393):

Se essa reorientação conseguir reviver e consolidar as tradições chinesas de desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, de acumulação *sem* desapropriação, de mobilização de recursos humanos, ao invés de não-humanos, e de governo com participação das massas na configuração das políticas, então existe a possibilidade de que a China esteja em posição de contribuir decisivamente para o surgimento de uma comunidade de civilizações que de fato respeite as diferenças culturais. Mas se a reorientação fracassar, a China pode se transformar num novo epicentro de caos social e político, o que facilitará as tentativas do Norte de restabelecer um domínio global esmagador ou, para parafrasearmos Schumpeter [...], de ajudar a humanidade a queimar nos horrores (ou glórias) da escalada de violência que acompanhou o fim da ordem mundial estabelecida pela Guerra Fria.

E os prognósticos de Wallerstein (2004, p. 298-312):

Minha visão baseia-se na crença de que o declínio dos Estados Unidos no sistema-mundo é estrutural e não o resultado de erros de política cometidos pelos governos anteriores. Não pode ser revertido. É verdade que pode ser gerenciado de forma inteligente, mas isso é o que não está acontecendo. [...] Qual o futuro para o mundo? A resposta é incerta. Mas é bastante certo que podemos todos, individual e coletivamente, influir nesse futuro mais do que julgamos, precisamente porque vivemos em uma era de transição, de bifurcações caóticas, de escolha.

Reafirmação da hegemonia norte-americana segundo

Jose Luis Fiori e Fareed Zakaria

Nesta parte do trabalho, analisaremos as visões de dois autores que estão “do outro lado”, por assim dizer. Ambos entendem que os Estados Unidos não estão diante da sua cova e, ainda mais, creem que os desafios enfrentados pela hegemonia americana, no presente momento, são bem distintos daqueles apregoados por Wallerstein e Arrighi. Boa parte do desenvolvimento teórico de Jose Luis Fiori et al. (2008), inclusive, é baseada na crítica a esses dois autores. Já a visão de Fareed Zakaria (2008) parte de um cenário multipolar, do renascimento do nacionalismo; ou como o próprio define, de “ascensão do resto”.

A leitura que Fiori (2004) apresenta sobre hegemonia dialoga com sua teoria do “universo em expansão”, uma alternativa à tese dos ciclos hegemônicos. Para ele, as potências que lutam pelo poder estão sempre criando cenários de ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Assim, o autor defende que não se pode falar em termos como “colapso” ou “derrocada” simplesmente porque ocorrem momentos de crise ou de guerra, que são intrínsecos à disputa internacional.

Fiori (2004, p. 16) sustenta que as evidências apresentadas por Wallerstein para justificar a tese do fim do Sistema Mundial Moderno não

são claras. E mais, afirma que a obra do autor americano não é coesa ao explicar “como se originam, se identificam e se distinguem as crises de hegemonia de tipo clássica de uma crise terminal do próprio Sistema Mundial Moderno”. Por isso, ressalta Fiori, boa parte da visão desenvolvida por Wallerstein está amparada por análises conjunturais onde sempre há um estado de “crise final”.

Com relação a Arrighi, a crítica de Fiori é mais localizada. Ele chega a elogiar o instrumental desenvolvimento pelo autor italiano, mas contesta, por exemplo, a questão da relação entre as expansões financeiras e as crises cíclicas do capitalismo mundial, um dos pontos-chave na obra de Arrighi. Outro ponto central da crítica de Fiori a Arrighi reside no fato de que o estudioso europeu credita parte do fracasso do projeto hegemônico americano ao endividamento excessivo dos Estados Unidos, o que permitiu uma transferência do “caixa” do sistema para o leste asiático. Citando Franklin Serrano, Fiori lembra que o fato de o dólar ser a moeda de reserva internacional já basta para que os Estados Unidos possam, sim, incorrer em déficits na balança de pagamentos e, mesmo assim, financiá-los sem muito alarde com a sua própria moeda⁵.

Na ótica de Fiori et al. não se pode sequer tomar a crise da década de 1970 como ponto de partida para a análise de um suposto enfraquecimento do poder americano. Segundo os autores (2008, p. 17),

[...] é verdade que os Estados Unidos se transformaram no grande ‘devedor’ da economia mundial, a partir dos anos 1970. Mas essa dívida não provocou um desequilíbrio fatal na economia americana, e funcionou com um motor da economia internacional, nesses últimos quarenta anos. Foi também no início da década de 1970 que ocorreu a crise final do Sistema de Bretton Woods, e, no entanto, o ‘padrão dólar ouro’ foi substituído por um novo padrão monetário internacional – o ‘dólar flexível’ – que permitiu aos Estados Unidos exercerem um poder monetário e financeiro internacional sem precedente na história da economia e do ‘sistema mundial moderno’.

Em suma, a questão central na refutação de Fiori (2008) acerca das profecias terminais está guardada nas leituras conjunturais imediatas. Para ele, a confusão entre planos e tempos históricos distintos acaba por precipitar conclusões desta ordem. O auge da elaboração teórica da crítica do autor é a instrumentalização da teoria do “universo em expansão” e a tese da “explosão expansiva”. Este desenvolvimento histórico feito por Fiori mostra como ele entende o desenrolar dos acontecimentos que, de certo modo, marcaram o sistema mundial até aqui.

Fiori (2004) propõe uma analogia do sistema internacional com um universo em constante expansão. Nesse contexto, há momentos específicos em que ocorrem a chamada “explosão expansiva” dentro do próprio sistema, que tende a desencadear dois processos:

- aumento da “pressão competitiva” dentro do sistema; e
- “explosão” ou alargamento das suas fronteiras internas e externas. Em geral, o aumento da pressão competitiva foi causado pelo expansionismo de uma ou várias grandes potências tidas como líderes. Por sua vez, a explosão expansiva projetou o poder dessas potências para fora de si mesmas, o que ampliou as fronteiras do próprio sistema.

5. Para mais detalhes, ver “A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial dos anos 2000”, de Franklin Serrano, em Fiori et al. (2008).

O autor identifica quatro períodos históricos em que fenômenos desse tipo aconteceram. O primeiro deles ocorre entre 1150 e 1350, com o crescimento da pressão competitiva sendo tocado pelas invasões mongóis, pelo expansionismo das Cruzadas e pela intensificação de guerras internas em trechos específicos da Europa Ocidental. A explosão que segue faz emergir o primeiro sistema europeu de guerras e trocas, com unidades soberanas dotadas de moedas e tributos próprios. O segundo momento acontece entre 1450 e 1650, com o aumento da pressão provocado pelo expansionismo dos impérios Otomano e de Habsburgo, bem como outras guerras na Europa. É quando surgem os primeiros Estados europeus, momento em que a explosão expansiva desse embrionário sistema interestatal rompe as barreiras do continente.

O terceiro momento de expansão sistêmica aconteceu entre 1790 e 1914, com o colonialismo francês e inglês, o nascimento dos Estados americanos e o surgimento de novas potências: Estados Unidos, Alemanha e Japão. Logo em seguida, mais uma explosão expansiva assumiu a forma de uma corrida imperialista que trouxe a África e a Ásia definitivamente para dentro das fronteiras do sistema. A última expansão acontece a partir da década de 1970, provocada pela estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos e pelo crescimento potente do poder e da riqueza dos países asiáticos, notadamente a China. A hipótese de Fiori (2004) é que o século XXI sedia atualmente a fase da pressão competitiva que, segundo o autor, vai levar a uma nova corrida imperialista.

Fiori se diferencia de Arrighi e Wallerstein ao deixar claro que está nítido, neste início de século XXI, que os Estados Unidos se mantêm como potência decisiva no sistema internacional. A grande diferença, e aí chegamos ao ponto de equilíbrio com a obra de Zakaria (2008), está exatamente na volta do nacionalismo econômico lançado pelas “novas” potências, uma espécie de resposta ao expansionismo imperial protagonizado pelos Estados Unidos.

A estratégia imperial adotada pelos norte-americanos nos anos 1970 teve transformações na geopolítica global ao trazer de volta a Rússia e a Alemanha e ao fortalecer Índia e China, bem como a crise de liderança após a invasão do Iraque fez com que essas antigas potências regionais passassem a atuar de forma mais incisiva na defesa dos seus interesses. No entanto, segundo Fiori (2004, p. 37), “essa competição e as guerras, em todos os tabuleiros geopolíticos e econômicos do mundo, vêm cumprindo um papel decisivo na reprodução e na acumulação do poder e da riqueza dos próprios Estados Unidos”.

Nesse sentido, Rússia e China devem ser os protagonistas da competição geopolítica mundial nas próximas décadas. A China por motivos óbvios, e a Rússia, sobretudo, por causa de suas reservas energéticas, do seu arsenal atômico e do seu “ressentimento nacional”. As duas nações, inclusive, têm estreitado as relações, o que foi demonstrado nas manobras militares conjuntas e na criação da Organização de Cooperação de Xangai (OCX), em 2001. Na visão de Fiori et al. (2008, p. 68),

Haverá uma nova ‘corrida imperialista’, e ela provocará aumento dos conflitos localizados entre os principais Estados e economias do sistema. Mas é muito difícil prever os caminhos do futuro, depois desta nova ‘era imperialista’. Seja

como for, uma coisa é certa, do nosso ponto de vista: não haverá nada parecido a um 'duelo final' entre os Estados Unidos e a China nesta primeira metade do século XXI. Pelo contrário, do ponto de vista econômico o que se deve esperar é uma fusão financeira cada vez maior entre a China e os Estados Unidos.

Na ótica de Fiori, essa nova relação de complementaridade e competição entre Estados Unidos e China está no centro das grandes transformações em curso no sistema internacional. Mais ainda, é responsável pelo forte aumento da "pressão competitiva" que, nas palavras do autor, "extravasa por todos os lados nesta conjuntura internacional do início do século XXI" (FIORI, 2004, p. 52). Nesse contexto, a China tem adotado uma postura muito mais de acomodação ao status quo vigente do que propriamente uma visão contestadora.

Fareed Zakaria (2008) é dos que compartilham, basicamente, da mesma visão de Fiori. O autor indiano radicado nos Estados Unidos argumenta que, fundamentalmente, o mundo presenciou três mudanças tectônicas de poder nos últimos 500 anos. A distinção é simples: primeiro ocorreu a ascensão do mundo ocidental, que teve início ainda no século XV; a segunda mudança, que data do fim do século XIX, é justamente a ascensão norte-americana; e, por fim, a terceira mudança é exatamente a que está em curso. É o que Zakaria (2008) chama de "ascensão do resto".

Ao tratar da nova geopolítica internacional que surge com a emergência de novos atores, sobretudo na Ásia, Zakaria (2008) oferece uma explicação que se distancia da argumentação quase exclusivamente econômica defendida por marxistas como, por exemplo, Gunder Frank (1998). Segundo o autor, é verdade que o eixo asiático esteve historicamente à frente do Ocidente em termos internacionais, mas a transferência de poder para os países ocidentais não acontece somente no século XIX, como defendem muitos marxistas, mas no século XV, como dito mais acima.

Para Zakaria (2008), a dominação ocidental já dura cerca de meio milênio. Ele explica que a utilização do PIB para inferir sobre questões de poder na era pré-industrial é algo que naturalmente conduz a interpretações equivocadas. O dinamismo social e a capacidade de descobrimentos e invenções, estes sim, são elementos-chave que fornecem os porquês de ter havido uma inflexão de poder do Leste para o Oeste. Nesse sentido, ao escrever sobre a contemporaneidade, o autor indiano não passa pelo conceito de hegemonia da mesma forma que os outros três autores que trabalham neste artigo. A "ascensão do resto" tão apregoada por Zakaria é, na verdade, um reequilíbrio de forças na arena internacional que remete à situação do mundo antes da emergência e consolidação do eixo eurocêntrico.

Zakaria (2008) chama a atenção para o fato de que essa difusão de poder tem fluído não só de Estados para Estados, mas também para outros atores que não necessariamente são nações. Funções que outrora eram de responsabilidade exclusiva dos Estados agora também são compartilhadas com as organizações e instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio e a União Europeia, por exemplo. "Terroristas como os da Al Qaeda, cartéis das drogas, insurgentes e milícias de todos os tipos encontram espaço para atuar nos escaninhos do

sistema internacional” (ZAKARIA, 2008, p. 14). Esse argumento muito se aproxima das teses encampadas por Joseph Nye (2002)

Zakaria, no entanto, pondera que “enquanto a economia, a informação e até a cultura podem ter se globalizado, o poder político formal continua firmemente amarrado ao Estado-nação” (ZAKARIA, 2008, p. 42). E um dos grandes problemas do nosso tempo surge daí: a coordenação e a cooperação tornaram-se fundamentais na resolução dos conflitos contemporâneos, ao passo que os Estados-nações estão, cada vez mais, demonstrando menos disposição para a união. Estamos, nesse sentido, diante do “desafio central da ascensão do resto”.

Zakaria nota, ainda, algo que Joseph Nye Júnior também observou: as várias etapas da “polaridade”. Em algumas áreas, argumenta Zakaria, a unipolaridade já mostra sinais de que acabou. No trabalho de Nye Júnior (2002), há referência a uma tripolaridade do poder econômico, já que Estados Unidos, Japão e União Europeia representavam dois terços da produção global na época em que ele escreveu o texto em questão. O único setor onde a unipolaridade segue intocável, e aí Zakaria e Nye Júnior concordam em todas as linhas, é o militar. Um conceito que Zakaria julga descrever bem o cenário atual é o de “unimultipolaridade”, termo cunhado por Samuel Huntington. Seria o caso de “muitas potências e uma superpotência”. Em todos os cenários, mesmo com a ascensão de outras potências, os Estados Unidos seguem na supremacia.

O espaço da economia tem sido decisivo neste contexto, principalmente com a perda de poder relativo dos Estados Unidos no que diz respeito à riqueza. Guerras, golpes e terrorismo, que tinham capacidade de alterar a tranquilidade dos mercados logo na entrada do século, têm perdido importância, mesmo com determinados tumultos políticos localizados. Zakaria afirma que estamos vivendo a terceira grande expansão da economia global, que se assemelha às duas expansões anteriores pelo fato de combinar tumulto político e crescimento econômico.

A primeira expansão aconteceu com a virada do século XIX para o XX, quando a economia se expandiu mesmo com os temores frequentes da eclosão de uma guerra na Europa. Este foi o período dos primeiros grandes movimentos de capital fluindo da Europa para outras partes do mundo. A segunda expansão acontece após a Segunda Guerra, nos anos 1950 e início da década de 1960. Foram os anos de início da Guerra Fria, um período repleto de crises e conflitos. Mesmo assim, o capital fluiu em abundância dos Estados Unidos para a Europa e Ásia. Na ótica de Zakaria (2008, p. 30):

Estamos passando por uma terceira expansão desse tipo da economia global – de longe, a maior delas. Nas duas últimas décadas, cerca de 2 bilhões de pessoas entraram no mundo dos mercados e do comércio internacional – um mundo que, até recentemente, não passava de um pequeno clube de países ocidentais. A expansão foi estimulada pelo movimento dos capitais ocidentais em direção à Ásia e ao resto do planeta. [...] O crescimento dos novos atores é cada vez mais impulsionado por seus próprios mercados, não simplesmente pelas exportações para o Ocidente – o que significa que não se trata de um fenômeno efêmero.

Como se vê, nesse ponto Zakaria se aproxima um pouco das explicações fornecidas por Arrighi, para quem os movimentos internacionais de expansão financeira estão no centro do atual processo de difusão do

poder, principalmente para a Ásia. O eixo asiático, inclusive, não apenas será decisivo para o futuro das relações internacionais, como também estará no centro da própria política externa norte-americana.

Quando compara a hegemonia norte-americana com a britânica, um exercício comum a todos os especialistas que teorizaram sobre ciclos hegemônicos, Zakaria (2008) explica que as circunstâncias do domínio da Grã-Bretanha eram únicas. Na visão dele, o predomínio econômico dos ingleses durou pouco tempo. No entanto, o Estado britânico conseguiu manter a posição de maior potência global graças a uma combinação de visão estratégico e eficiência diplomática.

Uma das principais medidas foi a aceitação da crescente assertividade dos Estados Unidos, uma ex-colônia. Zakaria nota que a acomodação de Londres quanto a Washington permitiu à Grã-Bretanha seguir tocando sua influência internacional com relativamente pouca oposição. Caso tivesse escolhido combater a ascensão estadunidense, possivelmente sairia derrotada.

O que Zakaria (2008) nota é que não se pode comparar a causa do declínio hegemônico britânico – basicamente, sua deterioração econômica irreversível – não se aplica aos Estados Unidos. A supremacia econômica norte-americana já dura mais de um século, ao passo que o antigo *hegemon* só foi superior economicamente por algumas décadas. Em termos militares, a supremacia dos Estados Unidos é ainda mais massiva, haja vista que os britânicos apenas possuíam um potente domínio marítimo, mas não gozavam da mesma força em terra e no ar. Para Zakaria (2008, p. 227-228):

O verdadeiro teste para os Estados Unidos é, em certo sentido, o oposto daquele enfrentado pela Grã-Bretanha em 1900. O poder econômico britânico esvaiu-se enquanto o país conseguia manter sua imensa influência política no resto do mundo. A economia e a sociedade americanas, ao contrário, são capazes de reagir às pressões econômicas e à competição. Podem ajustar-se, adaptar-se e perseverar. O verdadeiro teste para os Estados é político – e recai não somente sobre o país em geral, mas, sobretudo, sobre Washington.

O prognóstico de Zakaria, desse modo, envolve um desafio mútuo, onde os Estados Unidos precisam voltar a se abrir, pois foi justamente essa “lição americana” que tornou possível a ascensão do resto. Para Zakaria (2008, p. 56;59),

[...] **A nova ordem não anuncia o declínio americano** [...] O novo mundo não terá uma nova superpotência, mas **uma diversidade de forças que Washington pode manobrar e até ajudar a dirigir**. [...] No futuro distante, quando escreverem sobre nossa época, talvez os historiadores observem que, nas primeiras décadas do século XXI, os Estados Unidos tiveram sucesso em sua grande e histórica missão: globalizar o mundo. Mas talvez escrevam que, ao longo do caminho, esqueceram de globalizar a si mesmos. **(Grifo nosso.)**

Considerações finais

Como se vê, os quatro autores abordados neste artigo apresentam visões que divergem sobre o futuro das relações internacionais contemporâneas, mas é possível identificar pontos de congruências nas suas análises. Apesar de nem todos esses pontos serem 100% consensuais entre os autores, eles apontam para algum entendimento sobre determinados aspectos da cena internacional. Elencamos eixos principais, a saber:

- os Estados Unidos passam por uma crise, seja hegemônica ou apenas de liderança;
- há em curso um processo de difusão de poder para outros polos, sobretudo o eixo asiático;
- a China desempenhará papel fundamental ao longo das próximas décadas.

Na visão de Gunder Frank (1998), por exemplo, o centro dinâmico da economia internacional durante muitos séculos foi a Ásia, mais particularmente a Índia e a China. A relativa liderança do eixo asiático no comércio internacional desencadeou uma forte competição política com a Europa, que rapidamente desembocou no militarismo. Para o autor, a possível transferência da hegemonia do Ocidente para o Oriente nada mais é do que um regresso à normalidade histórica.

A bem da verdade, outros autores também são partidários da tese de que a hegemonia norte-americana está fadada ao fim. Em entrevista concedida à Folha de São Paulo em 2007, o historiador Eric Hobsbawm⁶ chegou a afirmar que o projeto dos Estados Unidos está falindo e que não se pode exportar ideias à força. Para ele, a imposição de valores – como a democracia e o livre mercado – por meio do militarismo apenas acentua a falta de legitimidade do projeto global ianque.

Por outro lado, autores como Joseph Nye Júnior vão argumentar que essa não é a primeira vez que os analistas internacionais mencionam uma crise do poder norte-americano. Segundo ele, estamos vivendo mais um período de acomodação de forças, mas os Estados Unidos seguem como a potência dominante. Já Ikenberry (2008) explica que a posição global dos Estados Unidos pode até estar declinando, mas o sistema internacional liderado pelo país deve continuar usufruindo da ordem construída pelos norte-americanos.

À guisa de conclusão, podemos afirmar com alguma certeza que a difusão do poder dos Estados Unidos é irreversível. Contudo, isso não quer dizer que os Estados Unidos simplesmente perderam poder, mas sim que o poder já não está mais concentrado em suas mãos. Em nossa visão, a verdadeira discussão sobre os rumos do sistema internacional passa não apenas pelas questões de poder, mas também pelas questões relativas à nova ordem que emergirá de um cenário multipolar jamais experimentado.

Com exceção de Wallerstein, que acredita estarmos diante do fim do próprio sistema moderno, todos os autores trabalhados neste artigo centram suas preocupações nas configurações que vão ordenar as relações internacionais no futuro. O próprio Arrighi entende que a ascensão da China não representa uma ruptura, mas apenas uma dimensão cíclica e repetitiva do sistema internacional. Dessa forma, tomando o protagonismo da China como o elemento fundamental da cena internacional na contemporaneidade, entendemos que as concepções trabalhadas pelos quatro autores aqui analisados fornecem *insights* relevantes.

Ao que tudo indica, parece haver uma clara competição entre China e Estados Unidos por zonas de influência. Cada vez mais, aspectos regionais tomam o status de prioridade na atuação externa de ambos os países. Os Estados Unidos buscam manter sua posição dominante no continente

6. Disponível online no seguinte link: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3009200707.htm>.

americano, além de estender sua influência também para a Europa Ocidental e algumas porções da Ásia, como Japão, Filipinas e Índia. Por sua vez, a China vem estreitando suas relações com a África e com grande parte dos seus vizinhos na Ásia, com especial atenção ao Sudeste Asiático.

Mais do que isso, os chineses têm se empenhado em desenvolver uma espécie de estrutura alternativa de governança para seus parceiros, o que inclui um banco para financiamento de obras de infraestrutura (AIIB), o banco dos BRICS (NDB) e o projeto essencialmente multilateral da Nova Rota da Seda. Tais iniciativas tendem a distanciar muitos países do arcabouço institucional da ONU, que inclui o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional⁷.

O relativo silêncio dos Estados Unidos quanto às incursões de Pequim no Mar do Sul da China, bem como a criação de um diálogo econômico e estratégico sino-americano (S&ED), podem ser o indício de que estamos diante de um processo de acomodação de interesses. É claro que ainda há questões sensíveis no âmbito dessa relação, como é o caso do apoio norte-americano a Taiwan. Entretanto, é certo que essa espécie de G2 será decisiva para o futuro das relações internacionais.

Sim, os Estados Unidos passam por uma crise, mas não parece fazer sentido apregoar o fim da sua hegemonia. Sim, estamos vivendo momentos de multipolaridade em termos de poder, mas é certo que Estados Unidos e China estão em uma posição acima do restante. A China manterá sua “ascensão pacífica”? Teremos algum tipo de disputa militar? Não cabe aqui especular sobre o futuro, muito embora questionamentos dessa ordem se tornarão cada vez mais comuns ao longo dos próximos anos. Que a história de destruição protagonizada mais de uma vez pelo equilíbrio de poder na Europa sirva de lição. A conferir.

Referências

- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007.
- COX, Robert. Gramsci, hegemony and International Relations: An essay in method. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.
- FIORI, Jose Luís et al. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- FIORI, Jose Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FRANK, Andre Gunder. **ReORIENT**: global economy in the Asian age. California: University of California Press, 1998.
- GILPIN, Robert. **Global political economy**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: volume 5: o risorgimento, notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- IKENBERRY, G. John. The rise of China and the future of the West: Can the liberal system survive?. **Foreign Affairs**, v. 87, n. 1, Jan./Feb. 2008.
- KEOHANE, Robert O. **After hegemony**: Cooperation and discord in world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

7. Apesar disso, não podemos deixar de mencionar o engajamento crescente da China em outras esferas do multilateralismo onusiano, como o Conselho de Segurança e as *peacekeeping operations*.

KINDLEBERGER, Charles P. **The world in depression, 1929-1939**. California: University of California Press, 1973.

NYE JÚNIOR, Joseph S. **Compreender os conflitos internacionais**: uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Gradiva, 2002.

ROUBINI, Nouriel; MIHM, Stephen. **A economia das crises**: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo C.; MARIANO, Karina Lília P. Realismo versus Globalismo nas Relações Internacionais. **Lua Nova**, n. 34, p. 5-26, 1994.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1979.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.